

JK e Milton Campos

Paulo Gadelha
Desembargador Federal do
TRF da 5ª Região

Ao longo de sua dinâmica, trepidante e movimentada vida política, Minas Gerais sempre ocupou lugar de destaque na história cívico-política do Brasil.

Aliás, o homem público mineiro, por todo o tempo, cultivou dois valores que lhe tinham a alma: sabedoria política e ímpeto revolucionário.

Por isso, ontem como hoje, As Alterosas ensinaram a arte de fazer política; por isso, repita-se, ontem como hoje, Minas está onde sempre esteve: no centro onde os fatos e a história acontecem.

Não é licença poética, é verdade que os anais confirmam.

O sonho de independência foi embalado nas ruas, becos e vielas de Ouro Preto, com o sacrifício de Tiradentes e o martírio dos Inconfidentes.

A ruptura da clássica alternância da política do café-com-leite, onde o Catete era ocupado a cada 4 anos, alternadamente, por um presidente de República – paulista ou mineiro. Em 1930, Minas Gerais, que se sentiu traído, uniu-se aos Estados da Paraíba e Rio Grande do Sul com a chapa Getúlio Vargas – João Pessoa, contestando a imposição e a quebra de compromisso de Washington Luís.

Em 1943, com o famoso Manifesto dos Mineiros, Getúlio e o Estado Novo começaram a cair, sendo a entrevista de José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda, em fevereiro de 1945, no Correio da Manhã, o tiro que feriu de morte o coração da ditadura.

Reconstruídos os padrões democráticos e refeita a República, Minas volta ao topo do cenário político com Milton Soares Campos e Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A UDN e o PSD fazendo escola.

Cada um desses partidos cultivando a sua filosofia e sua maneira de administrar.

A UDN, velha escrava da Lei; O PSD, astuto mestre das manhas do poder.

Os udenistas, por formação, liam a Constituição; os pessedistas, por hábito, liam o Diário Oficial.

No governo de Minas Gerais, em 1946, Milton Campos não se afastava um só instante dos textos constitucionais.

Era seu secretário de Educação Pedro Aleixo, que por muito tempo, foi um dos mais importantes membros da famosa “banda de música udenista”.

Um dia, os funcionários da secretaria de Educação resolvem entrar em greve e Aleixo leva o fato a Milton Campos.

O governador aponta para a Lei Maior, que estava à sua frente, lembrando que nenhuma greve é maior do que a Constituição.

Era o legalismo udenista, bonito, ético, mas politicamente improdutivo, conforme reclamações que, como estudante ginasiano, ouvia de correligionários, na minha casa em Souza, espécie de Meca do udenismo sertanejo, dirigidas aos deputados que representavam Sousa, João Agripino Filho, na Câmara Federal, e Antônio de Paiva Gadelha, na Assembléia Legislativa da Paraíba.

Hoje, entendo o acerto da posição dos dois deputados udenistas.

Ética e dignidade são atributos de civilizada democracia.

Ainda em relação a Minas Gerais, sucedendo a Milton Campos no governo, JK deu à sua administração um toque de festa.

Diamantina, capital da boemia mineira, governando bem e alegremente o austero estado montanhês.

Toda inauguração promovida por JK era um comício, prenúncio de sua vitoriosa campanha à presidência da República em 1955.

Estilos diferentes de governar, JK e Milton Campos foram fiéis à doutrina e ao modo de agir de seus partidos.

Razão, pois, tem o historiador e conterrâneo de ambos, Paulo Pinheiro Chagas, quando comparando os dois líderes, foi antológico: “Milton é rígido feito um teorema; JK é alegre como uma janela aberta”.

Ambos, com certeza, merecedores do respeito e das homenagens da história